

Plano de Formação Contínua 2013-2014

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Título: Plano de Formação Contínua 2013-2014

Autor: CEJ - Departamento da Formação

Ano de Publicação: 2013

Série: Formação Contínua

Edição: Centro de Estudos Judiciários

Largo do Limoeiro

1149-048 Lisboa

cej@mail.cej.mj.pt

I Índice

NOTA: É possível **clicar** nos itens do índice de modo a ser **redirecionado** automaticamente para o capítulo ou subcapítulo em questão.

I	ÍNDICE.....	3
II	PREOCUPAÇÕES CENTRAIS NA ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO.....	5
III	ASPETOS GERAIS	7
IV	ORIENTAÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DE UM MODELO PEDAGÓGICO E DE COMUNICAÇÃO ...	8
V	TERMOS DE REFERÊNCIA E JUSTIFICAÇÃO	9
VI	FORMAÇÃO PRESENCIAL.....	10
VII	VAGAS	11
VIII	INSCRIÇÕES.....	17
IX	AÇÕES DE FORMAÇÃO POR TIPOLOGIA	19
	9.1 AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA TIPO A – COLÓQUIOS DE 1 DIA.....	20
	9.1.1 <i>Metodologia</i>	20
	9.1.2 <i>Destinatários</i>	20
	9.2 AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA TIPO B – SEMINÁRIOS	22
	9.2.1 <i>Metodologia</i>	22
	9.2.2 <i>Destinatários</i>	22
	9.3 AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA TIPO C – CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO.....	23
	9.3.1 <i>Metodologia</i>	23
	9.3.2 <i>Destinatários</i>	23
	9.4 AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA TIPO D – WORKSHOPS	24
	9.4.1 <i>Metodologia</i>	24
	9.4.2 <i>Destinatários</i>	24
	9.5 AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA TIPO E – CURSOS ON-LINE	25
X	AÇÕES DE FORMAÇÃO POR JURISDIÇÃO	27
	10.1 AÇÕES DE FORMAÇÃO GERAIS E COMUNS	28
	10.2 TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS.....	30
	10.3 TRIBUNAIS JUDICIAIS	32
	10.3.1 <i>Categoria: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL</i>	32
	10.3.2 <i>Categoria: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL</i>	36
	10.3.3 <i>Categoria: DIREITO DA FAMÍLIA E MENORES</i>	38
	10.3.4 <i>Categoria: DIREITO DO TRABALHO E DA EMPRESA</i>	40
	10.4 OUTRAS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA PARA MAGISTRADOS ATÉ 5 ANOS DE ANTIGUIDADE	41
	10.5 OUTRAS AÇÕES DE FORMAÇÃO	42

XI CURSOS À DISTÂNCIA.....	46
XII TRABALHOS CONCLUÍDOS AO LONGO DO ANO 2012-2013	47
XIII PRINCIPAIS GUIAS, CURSOS E MANUAIS CUJA CONCRETIZAÇÃO SE PREVÊ PARA 2013- 2014.....	48
XIV PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES. PRINCIPAIS INDICAÇÕES	50

II Preocupações centrais na organização das ações de formação

A primeira orientação seguida na preparação do Plano de Formação foi a de dar cumprimento às solicitações dos Conselhos Superiores.

A seleção dos temas das ações de formação foi feita após audição do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Conselho Superior do Ministério Público, bem como da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, da Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal e do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Foram ainda ouvidas outras pessoas e entidades, designadamente juizes e responsáveis portugueses em tribunais e organizações internacionais, os quais transmitiram as suas preocupações e ideias nomeadamente quanto à incidência de recursos nos tribunais internacionais e tribunais superiores portugueses.

Existe a preocupação de não repetir ações anteriormente realizadas e de consagrar o CEJ como instituição de formação no domínio dos novos diplomas legislativos.

Pretende ainda contribuir-se, através do Plano de Formação Contínua, para a conjugação de distintas áreas do CEJ até agora claramente separadas, especialmente a formação inicial e a formação contínua.

Seguindo a experiência da execução do Plano de Atividades de 2012-2013, as estratégias formativas assentam nos seguintes eixos:

- Preparação de dossiers de formação e utilização da página do CEJ como instrumento de divulgação dos elementos formativos;
- Audição prévia dos magistrados inscritos quanto às questões e preocupações que pretendem ver resolvidas: estabeleceu-se o procedimento a cumprir na preparação de cada ação de formação, assente no diálogo com os magistrados inscritos, os quais são consultados previamente, por e-mail, acerca das questões práticas que pretendem ver debatidas durante a ação;
- Orientação ao caso;
- Definição de um modelo formativo próprio, profissional e não académico;
- Conjugação de saberes. Em especial, reforça-se a colaboração de profissionais cuja atividade profissional caracteriza o pluralismo social. Engenheiros, arquitetos, médicos, enfermeiros, entre outros profissionais, são assim chamados a colaborar nas ações de formação para magistrados.

Continua a aposta nas novas tipologias de formação a distância, designadamente as ações por videoconferência e as vídeo-gravações das ações de formação, as quais constituem já uma promissora biblioteca digital.

Para este efeito, foi definido um modelo de organização e apresentação dos materiais formativos – modelo que será aplicado aos diversos tipos de produtos formativos: vídeos, livros digitais, publicações em papel e na Internet.

III Aspectos gerais

O Plano Anual de Formação Contínua visa, nos termos do nº1 do artigo 73º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, «o desenvolvimento das capacidades e competências adequadas ao desempenho profissional e à valorização pessoal, ao longo da carreira de Magistrado, nomeadamente:

- A atualização, o aprofundamento e a especialização dos conhecimentos técnico-jurídicos relevantes para o exercício da função jurisdicional;
- O desenvolvimento dos conhecimentos técnico-jurídicos em matéria de cooperação judiciária europeia e internacional;
- O aprofundamento da compreensão das realidades da vida contemporânea, numa perspetiva multidisciplinar;
- A sensibilização para novas realidades com relevo para a prática judiciária;
- O aprofundamento da análise da função social dos Magistrados e o seu papel no âmbito do sistema constitucional;
- A compreensão do fenómeno da comunicação social, no contexto da sociedade de informação;
- O exame de temas e questões de ética e deontologia profissionais, de forma a proporcionar a aproximação e o intercâmbio de experiências individuais entre os diversos agentes que interagem na administração da justiça e um eficiente relacionamento pessoal e interinstitucional;
- Uma cultura judiciária de boas práticas.»

IV Orientações para a definição de um modelo pedagógico e de comunicação

Quanto à localização das ações de formação, continuará a privilegiar-se a realização de sessões nas grandes cidades.

Vai apostar-se na realização de sessões por videoconferência para os tribunais, de modo a permitir que os magistrados possam conjugar a atividade profissional com a formação. Será divulgada uma lista dos locais abrangidos com a abertura de inscrições para cada ação de formação.

Para este efeito, mantêm-se as parcerias existentes, designadamente com a DGAJ, IGFIJ, Justiça TV e FCCN. Acresce, agora, a Google.

Vai igualmente apostar-se na utilização dos meios de formação a distância, de modo a facilitar a autoformação e a conjugação entre a vida particular e as necessidades de formação.

O modelo de formação adotado será, assim, baseado quer em dossiers de formação prévios a cada ação (com jurisprudência, legislação e outros elementos documentais relevantes), quer numa escolha criteriosa e variada de formadores.

Nessa escolha, em especial, vai continuar a privilegiar-se, a preocupação em trazer ao CEJ magistrados dos tribunais superiores e em associar académicos de grande mérito.

Continuar-se-á o caminho prosseguido nos últimos dois anos, utilizando a página do CEJ como repositório científico dos textos, apresentações e outros documentos relativos a cada uma das ações de formação.

Em especial, tomam-se em consideração os seguintes elementos:

- Visualizações da página do CEJ, designadamente a partir dos países de língua oficial portuguesa;
- Descarregamentos de Guias práticos, dossiers de formação e outros elementos constantes da página do CEJ.

Até ao início do novo ano de formação projeta-se a conclusão de diversos livros digitais, correspondentes às mais importantes ações de formação realizadas durante este período.

Utilizam-se os recursos existentes do ITIJ, DGAJ e FCCN, com significativas poupanças e ganhos acrescidos de eficiência e qualidade.

V Termos de referência e justificação

Algumas das preocupações a ter na preparação das ações de formação encontram-se contempladas em regulamentos internos relativos à sua criação, nomeadamente:

- Evitar o desperdício da experiência e do conhecimento, de tal modo que, como acima referido, todos os documentos, apresentações, estatísticas e jurisprudência recolhidos para uma ação de formação serão objeto de avaliação sistemática tendo em vista a elaboração de livros digitais ou em papel;
- Contribuir para uma reflexão que conjugue os saberes e competências especializadas de outras instituições públicas, quer do Ministério da Justiça quer dos tribunais, beneficiando ainda do aconselhamento de portugueses em exercício de funções em organizações internacionais;
- Contribuir para fornecer aos magistrados elementos que possam ser relevantes para a decisão, designadamente a jurisprudência dos tribunais superiores portugueses e dos tribunais internacionais;
- As ações de formação presencial serão gravadas e os vídeos disponibilizados conjuntamente com o dossier de formação a todos os magistrados.
- Esta informação, para credibilização da função e dos magistrados, deve estar acessível e deve igualmente permitir-se aos não magistrados o acesso a estas iniciativas – exceto quando, pela natureza das questões a estudar, tal não seja recomendável.
- Potenciar a elaboração de minutas de despacho e padronizar, sempre que conveniente, os procedimentos, com potenciais ganhos de eficiência.

Definiu-se a seguinte metodologia para a preparação do dossier de formação, completado antes de cada ação: Direito europeu e jurisprudência dos seus órgãos; Jurisprudência do TEDH e de outras instituições internacionais dos direitos do homem; Jurisprudência do Tribunal Constitucional selecionada; Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça selecionada; Estatísticas da justiça (se aplicável); Estudos e informações de outras instituições de referência – reguladores, etc. (se aplicável).

Neste sentido, o reforço da formação no direito europeu – tanto na sua vertente processual como na sua vertente substantiva – será uma preocupação primeira dos programas formativos do CEJ.

Entre estas inovações, sublinha-se as intervenções e vídeo-gravações de fora de Portugal, de que é exemplo a intervenção do juiz português do TEDH em sessão de formação sobre a jurisprudência daquele tribunal.

O caráter pioneiro das metodologias utilizadas foi reconhecido pela Rede de Formação Judiciária Europeia como modelo a utilizar futuramente em ações da Rede.

VI Formação presencial

Apesar da disponibilidade manifestada junto dos Conselhos Superiores, não foi possível concluir uma alteração da tipologia de ações e sua efetiva avaliação.

Foi colocada aos Conselhos Superiores e consta do Plano Estratégico a possibilidade de introduzir mecanismos de avaliação no final de cada ação de formação, de modo a distinguir de modo claro a simples presença em ações de formação dos diplomas de aproveitamento. No entanto, a alteração do sistema de acreditação das ações de formação contínua organizadas pelo CEJ só avançará com o consenso dos Conselhos Superiores.

A inscrição nas ações de formação será aberta a todos os magistrados, independentemente da respetiva jurisdição.

De outro lado, o CEJ reiterou a sua disponibilidade junto do Conselho Superior da Magistratura para definir os cursos de formação especializada a que se refere o art. 44.º, n.º 2 al. c) do EMJ.

Dando continuidade à aposta feita pelo CEJ no ano transato, as ações de formação contínua presenciais – com exceção para as ações de formação da Tipologia D, pelo caráter de *workshop* que têm – elencadas neste Plano de Formação serão alvo de transmissão por videoconferência para diversos locais/ Tribunais do País, por forma a minimizar os efeitos da deslocação dos Magistrados para fora dos Tribunais onde exercem funções, sem o conseqüente prejuízo de agenda e despesas para o Estado.

Tipo A – Colóquios, 1 dia

Tipo B – Seminários, 2 dias

Tipo C – Cursos de Especialização, 3 a 5 dias

Tipo D – Workshops, Ateliers

Tipo E – Cursos on-line

Circunstâncias supervenientes poderão levar a eventuais alterações de datas e locais de realização das ações de formação contínua elencadas no presente Plano de Formação.

VII Vagas

As vagas são definidas para cada ação de formação, por magistratura, dentro de cada uma das tipologias apresentadas e surgem por local onde a ação de formação será realizada, e, bem assim, para cada local onde poderá haver receção por videoconferência.

As vagas serão atribuídas da seguinte forma:

- as ações de formação Tipo A: A2, A4, A5, A7, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A16, A17, A21, A22, A26, A27, A31, A32, A33, A34 e A36 terão 180 vagas para Lisboa, sendo 90 para Juízes e 90 para Magistrados do Ministério Público;

- a ação de formação A6 terá um total de 120 vagas, 60 para Juízes e 60 para Magistrados do Ministério Público;

- as ações de formação Tipo A: A3, A14, A18, A19, A20, A23, A25, A28, A29, e A37 terão 200 vagas para Lisboa, sendo 100 para Juízes e 100 para Magistrados do Ministério Público.

Todas as ações de formação contínua acabadas de elencar (com exceção das A16, A21, A29 e A31) poderão ser transmitidas por videoconferência para 20 locais, a saber:

- Aveiro – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Braga – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Bragança – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Castelo Branco – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Coimbra – 25 vagas para Juízes; 25 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Évora – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Faro – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Funchal – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guarda – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guimarães – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Leiria – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Matosinhos – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Penafiel – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Ponta Delgada – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Portimão – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Porto – 25 vagas para Juízes; 25 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Valongo – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Nova de Gaia – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Real – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Viseu – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público

- a ação de formação A15 terá 75 vagas para Juízes e 75 vagas para Magistrados do Ministério Público, em Coimbra e poderá ser transmitida para os seguintes locais:

- Aveiro – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Braga – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Bragança – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Castelo Branco – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Évora – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Faro – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Funchal – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guarda – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guimarães – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Leiria – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Lisboa – 20 vagas para Juízes e 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Matosinhos – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Penafiel – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Ponta Delgada – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Portimão – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Porto – 25 vagas para Juízes; 25 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Valongo – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Nova de Gaia – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Real – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Viseu – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público

- a ação de formação A24 terá 100 vagas para Juízes e 100 vagas para Magistrados do Ministério Público, no Porto e poderá ser transmitida por videoconferência para os seguintes locais:

- Aveiro – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Braga – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Bragança – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Castelo Branco – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Coimbra – 25 vagas para Juízes; 25 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Évora – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Faro – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Funchal – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guarda – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guimarães – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público

- Leiria – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Lisboa – 20 vagas para Juízes e 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Penafiel – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Ponta Delgada – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Portimão – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Real – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Viseu – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público

- a ação de formação A30 terá 75 vagas para Juízes e 75 vagas para Magistrados do Ministério Público, no Porto e poderá ser transmitida por videoconferência para os seguintes locais:

- Aveiro – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Braga – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Bragança – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Castelo Branco – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Coimbra – 25 vagas para Juízes; 25 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Évora – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Faro – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Funchal – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guarda – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guimarães – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Leiria – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Lisboa – 20 vagas para Juízes e 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Penafiel – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Ponta Delgada – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Portimão – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Real – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Viseu – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público

- a ação de formação A35 terá 90 vagas para Juízes e 90 vagas para Magistrados do Ministério Público, em Coimbra e poderá ser transmitida por videoconferência para os seguintes locais:

- Aveiro – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Braga – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Bragança – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Castelo Branco – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Évora – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público

- Faro – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Funchal – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guarda – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guimarães – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Leiria – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Lisboa – 50 vagas para Juízes e 50 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Matosinhos – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Penafiel – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Ponta Delgada – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Portimão – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Porto – 25 vagas para Juízes; 25 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Valongo – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Nova de Gaia – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Real – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Viseu – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público

As ações de formação Tipo A: A4, A11 e A26 serão transmitidas por videoconferência para os Tribunais Administrativos e Fiscais de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Funchal, Loulé, Ponta Delgada, Porto e Viseu, sendo que haverá, em cada local, 10 vagas para cada Magistratura.

As ações de formação Tipo A: A16, A21, A29 e A31 não terão transmissão por videoconferência.

As ações de formação A17, A33 e A36 poderão ser transmitidas por videoconferência para:

- Porto – 15 vagas para Juízes e 15 vagas para Magistrados do Ministério Público;
- Coimbra – 10 vagas para Juízes e 10 vagas para Magistrados do Ministério Público;
- Aveiro – 15 vagas para Juízes e 15 vagas para Magistrados do Ministério Público.

As ações de formação contínua Tipo B terão as seguintes vagas atribuídas:

- B3, B6, B10 e B11 – Lisboa – 50 vagas para Juízes e 50 vagas para Magistrados do Ministério Público

- B4, B5, B7, B8 e B9 – Lisboa – 100 vagas para Juízes e 100 vagas para Magistrados do Ministério Público.

O Seminário B1, devido ao caráter específico que tem, terá como destinatários os Magistrados que forem indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público e o Seminário B2 terá um número reduzido de participantes (15 Juízes e 15 Magistrados do Ministério Público) a indicar pelos Conselhos Superiores respetivos.

Os Seminários B4, B5, B6, B7, B8 e B9 poderão ser transmitidos por videoconferência, da seguinte forma:

- os Seminários B5, B6 e B9 serão transmitidos para os Tribunais Administrativos e Fiscais de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Funchal, Loulé, Ponta Delgada, Porto e Viseu, sendo que haverá, em cada local, 10 vagas para cada Magistratura;

- os Seminários B4, B7 e B8 poderão vir a ser transmitidos para os seguintes locais:

- Aveiro – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Braga – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Bragança – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Castelo Branco – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Coimbra – 25 vagas para Juízes; 25 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Évora – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Faro – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Funchal – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guarda – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guimarães – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Leiria – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Matosinhos – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Penafiel – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Ponta Delgada – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Portimão – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Porto – 25 vagas para Juízes; 25 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Valongo – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Nova de Gaia – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Real – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Viseu – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público

As ações de formação contínua Tipo B: B1, B2, B3, B10 e B11 não serão transmitidas por videoconferência.

Os Cursos de Inglês Jurídico terão um total de 30 vagas para Juízes e 30 vagas para Magistrados do Ministério Público, não havendo lugar a transmissão por videoconferência destes Cursos.

As ações de formação contínua Tipo C terão as seguintes vagas para Lisboa:

- C2 e C8 – 200 vagas, sendo 100 para Juízes e 100 para Magistrados do Ministério Público;

- C3, C4, C5 e C7 – 180 vagas, sendo 90 para Juízes e 90 para Magistrados do Ministério Público;

- C6 – terá 190 vagas, sendo 95 para Juízes e 95 para Magistrados do Ministério Público.

O Curso de Especialização C1 terá como participantes aqueles Magistrados que forem selecionados e indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Os Cursos C3 e C7 serão transmitidos por videoconferência para os Tribunais Administrativos e Fiscais de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Funchal, Loulé, Ponta Delgada, Porto e Viseu, sendo que haverá, em cada local, 10 vagas para cada Magistratura.

Os Cursos C2, C6 e C8 serão transmitidos para os seguintes locais:

- Aveiro – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Braga – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Bragança – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Castelo Branco – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Coimbra – 25 vagas para Juízes; 25 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Évora – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Faro – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Funchal – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guarda – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Guimarães – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Leiria – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Matosinhos – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Penafiel – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Ponta Delgada – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Portimão – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Porto – 25 vagas para Juízes; 25 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Valongo – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Nova de Gaia – 20 vagas para Juízes; 20 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Vila Real – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público
- Viseu – 10 vagas para Juízes; 10 vagas para Magistrados do Ministério Público

O Curso C5 será transmitido para os Tribunais de Família e Menores de Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Portimão, Porto, Vila Nova de Gaia, Ponta Delgada e Funchal, com 10 vagas em cada local, por Magistratura.

O Curso C4 não terá transmissão por videoconferência.

As ações de formação Tipo D – *workshops* – terão um total de 70 vagas, 35 para Juízes e 35 para Magistrados do Ministério Público.

VIII Inscrições

Conforme o artigo 77º da Lei nº 2/2008, de 14 de Janeiro, *Os Magistrados que pretendam participar nas atividades de formação requerem a respetiva autorização aos Conselhos Superiores da Magistratura, dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público, até ao dia 30 de Setembro.*

As inscrições de Magistrados nas ações de formação previstas no Plano de Formação Contínua do Centro de Estudos Judiciários para 2013-2014 decorrerão de acordo com os prazos que vierem a ser estipulados por cada Conselho Superior.

Os Juízes e os Magistrados do Ministério Público deverão inscrever-se através do preenchimento de formulário *online* a ser disponibilizado pelo Conselho Superior da Magistratura e pela Procuradoria-Geral da República, respetivamente.

Os Juízes dos Tribunais Administrativos e Fiscais deverão preencher a ficha de inscrição divulgada pelo CEJ e remetê-la ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Considerando os distintos locais para os quais poderá haver transmissão por videoconferência de cada uma das ações de formação, as inscrições deverão ser feitas com a indicação precisa do local onde os participantes pretendem a elas assistir.

Terminado o prazo de inscrições, cada um dos Conselhos Superiores informará o CEJ das autorizações concedidas e este, por sua vez, dará conhecimento aos interessados das ações que estão autorizados a frequentar.

As inscrições dos restantes profissionais decorrerão aquando da divulgação do programa detalhado de cada ação de formação contínua, de acordo com metodologia a divulgar oportunamente.

O Centro de Estudos Judiciários, a pedido do interessado, certificará a frequência nas ações de formação contínua.

IX Ações de Formação por Tipologia

9.1 Ações de Formação Contínua Tipo A – Colóquios de 1 dia

9.1.1 Metodologia

Conferências de um dia, seguidas de debate entre os participantes ou intervenções de fundo e mesas temáticas, com abordagem de matérias e ou questões previamente recolhidas junto dos Juízes e Magistrados do Ministério Público inscritos.

9.1.2 Destinatários

As ações de formação contínua Tipo A são, na sua maioria, destinadas a Juízes, Magistrados do Ministério Público e a outros profissionais da área forense, com exceção feita para as ações de formação A1, A3, A8, A10, A16 e A33 que se destinam apenas a Juízes e Magistrados do Ministério Público e, em alguns casos, a Auditores de Justiça.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo A

Identificação da Ação de Formação	Local	Data	Obs.
A1 Recursos nas Jurisdições Cível e Penal	Lisboa	out 2013 (data a definir)	s/ videoconferência
A2 Tráfico de Seres Humanos – Conferência Internacional	Lisboa	25 out 2013	c/ videoconferência
A3 Gestão da Investigação Criminal	Lisboa	8 nov 2013	c/ videoconferência
A4 Direito da nacionalidade, de Asilo e Estatuto do Refugiado	Lisboa	8 nov 2013	c/ videoconferência
A5 O Direito Internacional da Família (I) – os Principais Instrumentos Internacionais e Dificuldades Práticas da sua Aplicação	Lisboa	22 nov 2013	c/ videoconferência
A6 Processo Constitucional	Lisboa	28 nov 2013	c/ videoconferência
A7 Arrendamento Urbano	Lisboa	6 dez 2013	c/ videoconferência
A8 Aspetos Patrimoniais do Divórcio	Lisboa	13 dez 2013	c/ videoconferência
A9 Sociedade da Informação e Direito	Lisboa	19 dez 2013	c/ videoconferência
A10 A Cooperação Judiciária em Matéria Penal na Prática Judiciária	Lisboa	10 jan 2014	c/ videoconferência
A11 Contencioso dos Fundos Comunitários	Lisboa	10 jan 2014	c/ videoconferência
A12 Consequências Laborais da Crise Económico-Financeira	Lisboa	17 jan 2014	c/ videoconferência
A13 Urbanismo: vertente Penal e Contraordenacional	Lisboa	24 jan 2014	c/ videoconferência

A14	Nova Organização Judiciária	Lisboa	31 jan 2014	c/ videoconferência
A15	A Tutela Cível do Superior Interesse da Criança – das Providências Tradicionais ao "Novo" Instituto do Apadrinhamento Civil	Coimbra	31 jan 2014	c/ videoconferência
A16	Custas Processuais	Lisboa	7 fev 2014	s/ videoconferência
A17	Da Adoção – o Direito e os Afetos como fonte de Relações Jurídicas Familiares	Lisboa	13 fev 2014	c/ videoconferência
A18	Acidentes de Trabalho – Abordagem Penal e Multidisciplinar. Crimes com Incidência Laboral	Lisboa	14 fev 2014	c/ videoconferência
A19	Jurisprudência Internacional e Constitucional em Matéria Civil	Lisboa	14 fev 2014	c/ videoconferência
A20	A Lei de Saúde Mental	Lisboa	28 fev 2014	c/ videoconferência
A21	Contratação Pública	Lisboa	28 fev 2014	s/ videoconferência
A22	Direito do Consumidor	Lisboa	7 março 2014	c/ videoconferência
A23	O Cibercrime	Lisboa	14 março 2014	c/ videoconferência
A24	Transações Comerciais	Porto	21 março 2014	c/ videoconferência
A25	Direção da Audiência de Julgamento e Produção, Apreciação e Valoração da Prova em Processo Penal	Lisboa	21 março 2014	c/ videoconferência
A26	Novo Código das Expropriações	Lisboa	28 março 2014	c/ videoconferência
A27	Os Factos e a Prova (Cível, Família e Laboral)	Lisboa	4 abril 2014	c/ videoconferência
A28	Jurisprudência Internacional e Constitucional Penal em Matéria Penal e Processual Penal	Lisboa	4 abril 2014	c/ videoconferência
A29	O Direito dos Estrangeiros – Âmbito Penal	Lisboa	24 abril 2014	s/ videoconferência
A30	Reabilitação e Reintegração Profissional	Porto	9 maio 2014	c/ videoconferência
A31	O Sistema de Promoção e Proteção em Portugal – Contributos para uma Visão Panorâmica	Lisboa	16 maio 2014	s/ videoconferência
A32	A Investigação da Criminalidade Económico-Financeira, e em especial da Fraude e da Corrupção	Lisboa	20 junho 2014	c/ videoconferência
A33	O Direito Internacional da Família (II) – os Principais Instrumentos Internacionais e Dificuldades Práticas da sua Aplicação	Lisboa	26 junho 2014	c/ videoconferência
A34	Cooperação Europeia em Matéria de Sucessões	Lisboa	27 junho 2014	c/ videoconferência
A35	Incêndio Florestal – Tutela Penal Integrada	Coimbra	27 junho 2014	c/ videoconferência
A36	O Sistema de Justiça Juvenil em Portugal – o Modelo, os Constrangimentos e os Desafios	Lisboa	3 julho 2014	c/ videoconferência
A37	Recuperação dos Produtos do Crime	Lisboa	4 julho 2014	c/ videoconferência

9.2 Ações de Formação Contínua Tipo B – Seminários

9.2.1 Metodologia

Pretende-se o desenvolvimento de várias vertentes de um mesmo tema central, tendo como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

9.2.2 Destinatários

As ações de formação Tipo B são destinadas a Juizes, Magistrados do Ministério Público e a outros profissionais da área forense, com exceção dos seminários B1 e B2, destinado a Juizes e Magistrados do Ministério Público.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo B

Identificação da Ação de Formação	Local	Data	Obs.	
B1	Ministério Público na Justiça Laboral	Lisboa	out 2013 (data a definir)	s/ videoconferência
B2	Direito Penal Internacional, o Tribunal Penal Internacional e a visão dos Países de Língua Oficial Portuguesa	Lisboa	31 out e 1 nov 2013	s/ videoconferência
B3	Contencioso Tributário: articulação com a LGT, o CPPT, o CPTA e o CPC	Lisboa	5 e 6 dez 2013	s/ videoconferência
B4	Processo de Insolvência e Ações Conexas (vertentes Cível, Penal, Trabalho e Empresa)	Lisboa	16 e 17 jan 2014	c/ videoconferência
B5	Jornadas de Processo Civil	Lisboa	23 e 24 jan 2014	c/ videoconferência
B6	Revisão do Código de Procedimento Administrativo	Lisboa	30 e 31 jan 2014	c/ videoconferência
B7	Violência Doméstica e Vitimologia	Lisboa	6 e 7 fev 2014	c/ videoconferência
B8	Direito Bancário	Lisboa	20 e 21 fev 2014	c/ videoconferência
B9	Revisão do Processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais	Lisboa	3 e 4 de abril 2014	c/ videoconferência
B10	Saúde, Doença e Discriminação no local do Trabalho	Lisboa	23 e 24 abril 2014	s/ videoconferência
B11	História judiciária	Lisboa	20 e 27 junho 2013	s/ videoconferência
B12	Curso Avançado de Inglês Jurídico (pós laboral)	Lisboa	out 2013 a junho 2014	Curso presencial
B13	Curso Breve de Inglês Jurídico (pós laboral)	Lisboa	jan a julho 2014	Curso presencial

9.3 Ações de Formação Contínua Tipo C – Cursos de Especialização

9.3.1 Metodologia

Curso aprofundado de 3 ou mais dias de formação que visa o aprofundamento dos conhecimentos dos participantes, numa perspetiva de aplicação judiciária das matérias.

9.3.2 Destinatários

Os Cursos de Especialização (ações de formação contínua Tipo C) são, tendencialmente, reservados a Juízes e Magistrados do Ministério Público.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo C

Identificação da Ação de Formação	Local	Data	Obs.
C1 O Ministério Público na Justiça Administrativa	Porto/ Lisboa	4,11 e 18 out 2013	s/ videoconferência
C2 Ciência e Investigação Criminal: Novos Desenvolvimentos	Lisboa	22 e 29 nov e 6 dez 2013	c/ videoconferência
C3 Temas de Direito Tributário	Lisboa	7,14,21 e 28 fev 2014	c/ videoconferência
C4 Temas de Direito do Trabalho e de Processo do Trabalho	Lisboa	7,14,21 e 28 março 2014	s/ videoconferência
C5 Temas de Direito da Família e das Crianças	Lisboa	7,14,21 e 28 março 2014	c/ videoconferência
C6 Temas de Direito Civil e de Processo Civil	Lisboa	9,16,23 e 30 maio 2014	c/ videoconferência
C7 Temas de Direito Administrativo	Lisboa	9,16,23 e 30 maio 2014	c/ videoconferência
C8 Temas de Direito Penal e Processual Penal	Lisboa	16, 23, 30 maio e 6 junho 2014	c/ videoconferência

9.4 Ações de Formação Contínua Tipo D – Workshops

9.4.1 Metodologia

Cursos práticos e em pequenos grupos, visando o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de funções dos magistrados e a aprovação de guias de boas práticas.

9.4.2 Destinatários

As ações de formação contínua Tipo D são, na maioria, destinadas a Juízes e Magistrados do Ministério Público e abertas também a outros profissionais da área forense. Exceção feita para os *workshops* D4 e D5, destinados a Juízes, Magistrados do Ministério Público e Auditores de Justiça, e o D6, destinado apenas a Juízes e Magistrados do Ministério Público.

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo D

Identificação da Ação de Formação	Local	Data	Obs.
D1 Novo Regime do Processo Civil	Várias comarcas	Várias (set a nov 2013)	s/ videoconferência
D2 Execução de Penas	Lisboa	8 nov 2013	s/ videoconferência
D3 Comunicar a Justiça	Lisboa	15 nov 2013	s/ videoconferência
D4 Conciliação Judicial: Codificação de Boas Práticas	Lisboa	13 dez 2013	s/ videoconferência
D5 Deontologia do Juiz e do Magistrado do Ministério Público	Lisboa	21 fev 2014	s/ videoconferência
D6 Direito e Literatura: Escrita Judiciária	Lisboa	10 abril 2014	s/ videoconferência
D7 As Alterações ao Código de Processo Penal	Lisboa	10 abril 2014	s/ videoconferência
D8 Gestão Processual	Lisboa	6 junho 2014	s/ videoconferência
D9 Imagem e Voz	Lisboa	4 julho 2014	s/ videoconferência

9.5 Ações de Formação Contínua Tipo E – Cursos on-line

Quadro das Ações de Formação Contínua Tipo E

Identificação da Ação de Formação		Data
E1	Violência doméstica	Data de início a indicar
E2	Processo Civil	Data de início a indicar
E3	Inglês Jurídico (b-learning)	Data de início a indicar

X Ações de Formação por Jurisdição

10.1 Ações de formação gerais e comuns

Tema Recursos nas Jurisdições Cível e Penal	
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Divulgação e análise do regime dos recursos no novo Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal
Destinatários	Desembargadores de Tribunais de Relação e Magistrados do Ministério Público junto dos tribunais superiores
Data e local	outubro 2013 – data a definir - Lisboa

Tema Processo Constitucional	
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Com este colóquio pretende-se estudar as regras processuais e procedimentais perante o Tribunal Constitucional, com especial enfoque na jurisprudência do TC acerca destas temáticas.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	28 novembro 2013 – Lisboa. Tribunal Constitucional

Tema Sociedade da Informação e Direito	
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Estudo das questões práticas da sociedade informação (o que é um blogue ...) e das questões jurídicas frequentemente colocadas, designadamente, gestão de domínios, acesso a informação, controlo dos conteúdos. Será elaborado um documento com as Questões e Respostas.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	19 dezembro 2013 – Lisboa

Tema Nova Organização Judiciária	
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Analisar e debater a nova organização do sistema judiciário
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça, Advogados, Solicitadores, Agentes de Execução, Oficiais de Justiça
Data e local	31 janeiro 2014 – Lisboa

Tema Os Factos e a Prova (Cível, Família e Laboral)	
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Proporcionar aos formandos uma análise crítica das principais idiossincrasias e dificuldades da prova, especialmente em processo civil e laboral, tomando em atenção as novas alterações do Código de Processo Civil
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça e Advogados
Data e local	4 abril 2014 – Lisboa

Tema Novo Regime do Processo Civil	
Tipologia	Tipo D: Workshops, ateliers
Objetivos	Divulgação das linhas orientadoras do novo Código de Processo Civil. Abordagem sistemática das principais questões suscitadas com o novo Código de Processo Civil. Análise de questões práticas relativas à tramitação processual introduzida pelo novo Código de Processo Civil
Destinatários	Juízes e Magistrados do Ministério Público
Data e local	setembro e outubro 2013; várias Comarcas

Tema Comunicar a Justiça	
Tipologia	Tipo D: Workshops, ateliers
Objetivos	Com esta iniciativa, parceria com a ERC, pretende-se estudar a dinâmica e os processos de disseminação da informação sobre os tribunais no contexto social e identificar e descrever as boas práticas seguidas pelos tribunais na sua relação com a comunicação social, incluindo a web. Pretende-se ainda preparar um código de boas práticas de comunicação judiciária.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça e Advogados
Data e local	15 novembro 2013 – Lisboa

Tema Deontologia do Juiz e do Magistrado do Ministério Público	
Tipologia	Tipo D: Workshops, ateliers
Objetivos	Estudar a relação entre ética, vida pública e os media. Em especial, pretende-se aprofundar as questões suscitadas pelas novas tecnologias e Internet (blogs, Facebook, etc.).
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e Auditores de Justiça
Data e local	21 fevereiro 2014 – Lisboa

Tema Direito e Literatura: Escrita Judiciária	
Tipologia	Tipo D: Workshops, ateliers
Objetivos	Os problemas suscitados pela modernização da linguagem jurídica. Boas práticas: organização do discurso; clareza de linguagem; citações; referências terminológicas; tempos verbais; pontuação; uso de maiúsculas. O Direito na literatura. Workshop 1: A sentença cível. Workshop 2: A sentença penal. Workshop 3: A acusação penal. Workshop 4: A escrita do magistrado do Ministério Público.
Destinatários	Juízes e Magistrados do Ministério Público
Data e local	10 abril 2014 - Lisboa

Tema		Gestão Processual
Tipologia	Tipo D: Workshops, ateliers	
Objetivos	O curso de Gestão processual visa qualificar os destinatários (Juízes e Magistrados do Ministério Público e outros profissionais forenses) com propostas de reflexão sobre os modelos de organização e gestão processual, bem como sobre a racionalização das tarefas e as boas práticas na gestão do Tribunal e dos processos	
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense	
Data e local	6 junho 2014 – Lisboa	

Tema		Imagem e Voz
Tipologia	Tipo D: Workshops, ateliers	
Objetivos	É intenção deste workshop estudar o modo de comunicar na sala de audiências e no gabinete com as partes e os intervenientes processuais, nomeadamente as regras de colocação da voz e postura, permitindo aos magistrados entender o modo como são percebidos por terceiros pela forma como comunicam.	
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça, e Advogados	
Data e local	4 julho 2014 – Lisboa	

10.2 Tribunais Administrativos e Fiscais

Tema		Direito da Nacionalidade, de Asilo e Estatuto do Refugiado
Tipologia	Tipo A: Colóquio	
Objetivos	Pretende estudar-se aprofundadamente o conjunto de questões que tem vindo a suscitar-se junto dos tribunais administrativos no domínio do contencioso da nacionalidade, asilo e estatuto do refugiado, designadamente focando o conjunto de regras do direito internacional dos direitos do homem aplicáveis.	
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense	
Data e local	8 novembro 2013 – Lisboa	

Tema		Contencioso dos Fundos Comunitários
Tipologia	Tipo A: Colóquio	
Objetivos	O contencioso dos fundos comunitários será objeto de estudo aprofundado na ótica dos tribunais administrativos, focando-se ainda o conjunto de questões suscitadas perante outras jurisdições, designadamente o Tribunal de Contas.	
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense	
Data e local	10 janeiro 2014 – Lisboa	

Tema Contratação Pública	
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Contencioso da contratação pública, que atenda, designadamente, à revisão das atuais Diretivas da Contratação Pública e à Nova Diretiva sobre concessões de serviço público.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	28 fevereiro 2014 – Lisboa

Tema Novo Código das Expropriações	
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Pretende-se com este curso o estudo aprofundado das alterações previstas à legislação de expropriações e das consequências que terá na competência e na jurisprudência dos tribunais administrativos e fiscais
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	28 março 2014 – Lisboa

Tema Contencioso Tributário: articulação com a LGT, o CPPT, o CPTA e o CPC	
Tipologia	Tipo B: Seminário
Objetivos	Em especial, neste seminário integrado pretende-se estudar quer as regras gerais quer as medidas cautelares que podem ser propostas na jurisdição tributária.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	5 e 6 dezembro 2013 – Lisboa

Tema Revisão do Código de Procedimento Administrativo	
Tipologia	Tipo B: Seminário
Objetivos	Pretende-se com este curso o estudo aprofundado das alterações previstas ao Código do Procedimento Administrativo e das consequências que terá na jurisprudência dos tribunais administrativos e fiscais
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	30 e 31 janeiro 2014 - Lisboa

Tema Revisão do Processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais	
Tipologia	Tipo B: Seminário
Objetivos	A revisão das regras de organização, funcionamento e processo dos tribunais administrativos e fiscais serão objeto de estudo em seminário integrado, tomando em atenção as propostas de alteração da comissão de revisão
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	3 e 4 abril 2014 - Lisboa

Tema O Ministério Público na Justiça Administrativa	
Tipologia	Tipo C: Curso de Especialização
Objetivos	Considerando a especificidade do regime de nomeação dos magistrados do Ministério Público perante os tribunais administrativos e fiscais e a complexidade e grande dispersão de causas e das competências do Ministério Público, pretende-se oferecer um curso intensivo especialmente dirigido a magistrados recentemente nomeados.
Destinatários	Magistrados do Ministério Público que iniciaram funções na jurisdição administrativa/tributária após os movimentos que produziram efeitos em Setembro de 2012 e Setembro de 2013
Data e local	4, 11 e 18 outubro 2013 – Lisboa

Tema Temas de Direito Tributário	
Tipologia	Tipo C: Curso de Especialização
Objetivos	Pretende-se estudar neste curso de especialização as questões de maior atualidade e frequência junto dos tribunais tributários, designadamente: tributação dos grupos de sociedades; o IVA e o direito comunitário; os Impostos especiais sobre o consumo; os Impostos sobre o património; as manifestações de fortuna.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	7, 14, 21 e 28 fevereiro 2014 – Lisboa

Tema Temas de Direito Administrativo	
Tipologia	Tipo C: Curso de Especialização
Objetivos	Pretende-se estudar neste curso de especialização as questões de maior atualidade e frequência junto dos tribunais administrativos, designadamente o regime concursal e o regime disciplinar de funcionários públicos e de outras pessoas cujo contencioso corre nos tribunais administrativos.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	9, 16, 23 e 30 maio 2014 – Lisboa

10.3 Tribunais Judiciais

10.3.1 Categoria: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Tema Tráfico de Seres Humanos – Conferência Internacional	
Tipologia	Tipo A: Conferência internacional
Objetivos	Reflexão sobre o tráfico de seres humanos centrada na vítima. Articulação e coordenação entre serviços de controlo e de investigação criminal.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça e outros profissionais da área forense
Data e local	25 outubro 2013 – Lisboa, Auditório do CEJ

Tema	Gestão da Investigação Criminal
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Reflexão teórico-prática sobre a planificação e estratégia da gestão do inquérito e da investigação criminal; estudar as perspetivas técnico-operacionais na recolha de meios especiais de obtenção de prova; e fazer uma análise multidisciplinar da dinâmica da gestão da investigação criminal em segmentos criminais específicos.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e Auditores de Justiça
Data e local	8 novembro 2013 – Lisboa
Tema	Urbanismo: vertente Penal e Contraordenacional
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Estudar a incidência penal e contraordenacional das matérias urbanísticas
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	24 janeiro 2014 – Lisboa
Tema	O Cibercrime
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Aperfeiçoar a compreensão do quadro legal, jurisprudencial e das especificidades processuais-penais relacionadas com a cibercriminalidade; reforçar a aquisição de competências judiciais na investigação do cibercrime: operacionalizar a recolha de prova em cenário digital e empreender o estudo de casos e partilha de experiências; sensibilizar para as novas formas da cibercriminalidade: desafios técnicos e instrumentos especializados na investigação do cibercrime.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça e outros profissionais da área forense
Data e local	14 março 2014 – Lisboa
Tema	Direção da Audiência de Julgamento e Produção, Apreciação e Valoração da Prova em Processo Penal
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Análise e reflexão sobre a gestão de recursos, numa perspetiva casuística, tendo em vista a maximização da eficiência na tramitação processual e a otimização da concordância prática entre os princípios processuais penais em jogo, assim como dos níveis de segurança e certeza na produção, apreciação e valoração crítica da prova em julgamento e dos mecanismos disponíveis para a formação da respetiva convicção e do juízo probatório.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	21 março 2014 – Lisboa

Tema	Jurisprudência Internacional e Constitucional em Matéria Penal e Processual Penal
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Exame, perspectivado pela análise de casos paradigmáticos, das principais linhas de força das jurisprudências do TEDH e TC em matéria penal e processual penal.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	4 abril 2014 – Lisboa

Tema	O Direito dos Estrangeiros – Âmbito Penal
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Aprofundar o enquadramento legal do regime de entrada, permanência e saída do território nacional com uma abordagem sistemática do direito interno; o direito internacional público e o direito comunitário; analisar as particularidades dos tipos legais previstos na Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho; a temática da investigação e respetiva tramitação processual
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça e outros profissionais da área forense
Data e local	24 abril 2014 – Lisboa

Tema	Incêndio Florestal – Tutela Penal Integrada
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Atualizar e aperfeiçoar o conhecimento do quadro jurídico-penal que tutela a floresta; desenvolver a análise jurídica das formas de aparecimento do tipo de crime de incêndio florestal, do resultado de perigo e do resultado de dano para a vida de outrem, da avaliação da imputabilidade ou inimputabilidade do respetivo autor e das adequadas consequências jurídico-penais; reforçar a aquisição de competências judiciárias na definição da estratégia da investigação criminal, na articulação institucional e na gestão do inquérito e da subsequente tramitação processual relativas ao crime de incêndio florestal (partilha de experiências e identificação de boas práticas).
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	27 junho 2014 – Coimbra

Tema	Recuperação dos Produtos do Crime
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Aprofundar o conhecimento das fontes legislativas e jurisprudenciais relativas à recuperação dos produtos do crime; sistematizar os instrumentos de investigação patrimonial, de apreensão e de confisco dos produtos do crime. Empreender o estudo de casos e partilha de experiências; conhecer a dinâmica institucional do GRA e a sua relação com as autoridades judiciárias na identificação, conservação e afetação dos produtos do crime.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça e outros profissionais da área forense
Data e local	4 julho 2014 – Lisboa

Tema	Direito Penal Internacional, o Tribunal Penal Internacional e a visão dos Países de Língua Oficial Portuguesa
Tipologia	Tipo B: Seminário
Objetivos	O presente e o futuro do Tribunal Penal Internacional na perspetiva dos Países de Língua Oficial Portuguesa
Destinatários	Juízes (15) e Magistrados do Ministério Público (15)
Local	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Data	31 outubro e 1 novembro 2013 – Lisboa
Tema	Violência Doméstica e Vitimologia
Tipologia	Tipo B: Seminário
Objetivos	Noções gerais. Violência doméstica e Stalking. Intervenção processual de vítimas especialmente vulneráveis, nomeadamente crianças e idosos vítimas de crimes de violência doméstica, de maus tratos e sexuais.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	6 e 7 fevereiro 2014 – Lisboa
Tema	Ciência e Investigação Criminal: Novos Desenvolvimentos
Tipologia	Tipo C: Curso de especialização
Objetivos	Estudar as perspetivas técnico-operacionais da ciência ao serviço da investigação criminal e proceder à análise multidisciplinar da dinâmica da gestão da investigação criminal no encontro com os modelos e resultados do conhecimento científico.
Destinatários	Juízes de Instrução Criminal, Juízes, Magistrados do Ministério Público e Auditores de Justiça
Data e local	22 e 29 novembro e 6 dezembro 2013 – Lisboa
Tema	Temas de Direito Penal e Processual Penal
Tipologia	Tipo C: Curso de especialização
Objetivos	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a determinadas tipologias penais que, pela sua atualidade e iminente interesse prático, mereçam um tratamento particular, bem como o estudo e aperfeiçoamento dos específicos meios processuais de investigação, recolha e conservação da prova.
Destinatários	Juízes e Magistrados do Ministério Público
Data e local	16, 23, 30 maio e 6 junho 2014 – Lisboa
Tema	Execução de Penas
Tipologia	Tipo D: Workshops, ateliers
Objetivos	Análise multidisciplinar dos modelos de execução de penas
Destinatários	Juízes e Magistrados do Ministério Público em exercício de funções nos TEP, Juízes e Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	8 novembro 2013 – Lisboa

Tema	As Alterações ao Código de Processo Penal
Tipologia	Tipo D: Workshops, ateliers
Objetivos	Avaliação das recentes alterações legislativas no processo comum e no processo sumário
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	10 abril 2014 – Lisboa

10.3.2 Categoria: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Tema	Arrendamento Urbano
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Divulgação e análise das principais questões suscitadas com a nova reforma do arrendamento urbano Em especial, a atualização das rendas, a resolução e a denúncia do contrato de arrendamento, a ação de despejo
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	6 dezembro 2013 – Lisboa

Tema	Jurisprudência Internacional e Constitucional em Matéria Civil
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Análise da jurisprudência dos tribunais internacionais e do Tribunal Constitucional em matérias cíveis, com especial ênfase nas temáticas processuais e no direito de propriedade privada.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	14 fevereiro 2014 – Lisboa

Tema	Direito do Consumidor
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Análise das práticas comerciais desleais na perspetiva da defesa do consumidor Estudo da ação inibitória de cláusulas contratuais gerais de âmbito nacional e europeu Aprofundamento do regime de coligação de contratos
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	7 março 2014 – Lisboa

Tema Transações Comerciais	
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Divulgação e análise do novo regime jurídico introduzido pelo Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio, que revogou o Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17 de fevereiro (medidas contra os atrasos no pagamento de transações comerciais)
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	21 março 2014 – Porto

Tema Cooperação Europeia em Matéria de Sucessões	
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Divulgação e análise do Regulamento (UE) n.º 650/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu (nota: este Regulamento só entra em vigor em 2015)
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	27 junho 2014 – Lisboa

Tema Direito Bancário	
Tipologia	Tipo B: Seminário
Objetivos	Perceção dos problemas jurídicos levantados pela atual crise económico-financeira. Divulgação e análise de recentes alterações legislativas. Estudo de diversos temas do Direito Bancário, entre os quais: contratos de swap; conflitos de interesses de intermediários financeiros; juros usurários; rácios prudenciais de instituições de crédito; formas organizadas de negociação de instrumentos financeiros; conflitos de interesses de administradores de instituições de crédito; poder de alteração unilateral de contratos financeiros; crédito ao consumo; análise económica da informação contratual e pré-contratual.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	20 e 21 fevereiro 2014 – Lisboa

Tema Temas de Direito Civil e de Processo Civil	
Tipologia	Tipo C: Curso de especialização
Objetivos	Análise do novo regime do Processo de Inventário, com particular enfoque na: Intervenção do juiz; Legitimidade e intervenção do Ministério Público; Articulação das competências do notário e do tribunal; Estudo de diversos temas de Direitos Reais, entre os quais: a posse; a usucapião; a acessão; as servidões; a propriedade horizontal; os direitos reais de garantia; o registo; as relações de vizinhança
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	9, 16, 23 e 30 maio 2014 – Lisboa

10.3.3 Categoria: DIREITO DA FAMÍLIA E MENORES

Tema	O Direito Internacional da Família (I) - os Principais Instrumentos Internacionais e Dificuldades Práticas da sua Aplicação
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	a) Divulgação dos textos internacionais; b) Operacionalização das melhores práticas no acionamento das várias convenções internacionais e regulamentos comunitários em matéria de Direito da Família e das Crianças
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, bem como outros técnicos de áreas afins convocados para a discussão interdisciplinar das matérias em causa
Data e local	22 novembro 2013 – Lisboa

Tema	Aspetos Patrimoniais do Divórcio
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Constatação das incidências patrimoniais do novo regime do divórcio, implementado pela revisão do Código Civil levada a cabo pela Lei nº.61/08 de 31.10.
Destinatários	Juízes e Magistrados do Ministério Público
Data e local	13 dezembro 2013 – Lisboa

Tema	A Tutela Cível do Superior Interesse da Criança – das Providências Tradicionais ao "Novo" Instituto do Apadrinhamento Civil
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	a) Apelo ao uso judiciário das mais adequadas providências tutelares cíveis à situação jurídica de uma criança; b) Tentativa de explicação para o pouco sucesso da implementação da nova providência tutelar cível do apadrinhamento civil e discussão sobre a melhor forma de a incrementar.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, bem como outros técnicos de áreas afins convocados para a discussão interdisciplinar das matérias em causa
Data e local	31 janeiro 2014 – Coimbra

Tema	Da Adoção - o Direito e os Afetos como fonte de Relações Jurídicas Familiares
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	a) Sensibilização para a realidade polifórmica e complexa que é a adoção, instituto que convoca contributos e considerações de ordem jurídica, psicológica e sociológica; b) Diagnóstico mais aprofundado das melhores práticas administrativas e judiciárias referentes aos procedimentos referentes à adoção.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, bem como outros técnicos de áreas afins convocados para a discussão interdisciplinar das matérias em causa
Data e local	13 fevereiro 2014 – Lisboa

Tema	O Sistema de Promoção e Proteção em Portugal – Contributos para uma Visão Panorâmica
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Discussão dos aspetos teóricos e práticos de uma otimizante intervenção de promoção e proteção junto das crianças e jovens em perigo.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, bem como outros técnicos de áreas afins convocados para a discussão interdisciplinar das matérias em causa
Data e local	16 maio 2014 – Lisboa
Tema	O Direito Internacional da Família (II) - os Principais Instrumentos Internacionais e Dificuldades Práticas da sua Aplicação
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	a) Divulgação dos textos internacionais; b) Operacionalização das melhores práticas no acionamento das várias convenções internacionais e regulamentos comunitários em matéria de Direito da Família e das Crianças
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, bem como outros técnicos de áreas afins convocados para a discussão interdisciplinar das matérias em causa
Data e local	26 junho 2014 – Lisboa
Tema	O Sistema de Justiça Juvenil em Portugal - o Modelo, os Constrangimentos e os Desafios
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	a) Constatação das especificidades da criminalidade juvenil, com discussão de modelos de intervenção, dos constrangimentos de ação e dos desafios judiciais; b) Apelo à interação entre a intervenção tutelar educativa, a intervenção de promoção e proteção e a intervenção penal junto dos jovens adultos.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, bem como outros técnicos de áreas afins convocados para a discussão interdisciplinar das matérias em causa
Data e local	3 julho 2014 – Lisboa
Tema	Temas de Direito da Família e das Crianças
Tipologia	Tipo C: Curso de especialização
Objetivos	a) Visão integrada e interdisciplinar sobre grandes temas do Direito da Família e das Crianças; b) Discussão das práticas judiciais, com vista à desejada uniformização de procedimentos.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, bem como outros técnicos de áreas afins convocados para a discussão interdisciplinar das matérias em causa
Data e local	7, 14, 21 e 28 março 2014 – Lisboa

10.3.4 Categoria: DIREITO DO TRABALHO E DA EMPRESA

Tema		Consequências Laborais da Crise Económico-Financeira
Tipologia	Tipo A: Colóquio	
Objetivos	Analisar o impacto da crise económico-financeira no contexto das relações laborais, numa abordagem jurídica e sociológica.	
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça, Advogados, Dirigentes de associações sindicais e patronais.	
Data e local	17 janeiro 2014 – Lisboa	
Tema		Reabilitação e Reintegração Profissional
Tipologia	Tipo A: Colóquio	
Objetivos	Proporcionar uma compreensão do atual sistema de reabilitação profissional, tanto do ponto de vista técnico e operacional, como jurídico.	
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça, Advogados, Técnicos de Serviço Social, Dirigentes de associações sindicais e patronais.	
Data e local	9 maio 2014 – Porto	
Tema		Ministério Público na Justiça Laboral
Tipologia	Tipo B: Seminário	
Objetivos	Facultar uma adequada compreensão e modo de exercício das funções na jurisdição laboral, nas suas várias vertentes, bem como fornecer elementos documentais úteis para o início de funções nos Tribunais do Trabalho	
Destinatários	Magistrados do Ministério Público que iniciaram funções na jurisdição laboral após os movimentos que produziram efeitos em Setembro de 2012 e Setembro de 2013	
Data e local	4 e 11 novembro 2013 – Lisboa	
Tema		Saúde, Doença e Discriminação no local de Trabalho
Tipologia	Tipo B: Seminário	
Objetivos	Discutir as consequências da doença nas relações entre trabalhadores e empregadores, designadamente quanto a práticas discriminatórias.	
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça, Advogados, Dirigentes de associações sindicais e patronais.	
Data e local	23 e 24 abril 2014 – Lisboa	
Tema		Temas de Direito do Trabalho e de Processo do Trabalho
Tipologia	Tipo C: Curso de especialização	
Objetivos	<ol style="list-style-type: none"> proporcionar aos formandos uma reflexão sobre os temas que mais frequentemente constituem objeto de discussão nas causas laborais, contribuindo para o aprofundamento dos conhecimentos práticos necessários ao exercício de funções na jurisdição do trabalho abordar as questões emergentes das mais recentes alterações da legislação laboral, e analisar as repercussões de fenómenos mais recentes do mercado laboral nas relações jurídicas entre empregadores e trabalhadores analisar o impacto da reforma do processo civil no processo laboral 	

Destinatários Juízes e Procuradores da República recém-colocados na jurisdição laboral e Procuradores-Adjuntos, em condições de promoção, interessados em colocação na jurisdição laboral

Data e local 7, 14, 21 e 28 março 2014 – Lisboa

Tema A Reforma do Processo Civil e do Processo do Trabalho

Tipologia Tipo D: Workshops, ateliers

Objetivos Avaliar o impacto do novo Código de Processo Civil no contexto do Processo do Trabalho, numa perspetiva prática

Destinatários Juízes e Magistrados do Ministério Público

Data e local outubro e novembro 2013; várias Comarcas

Tema Conciliação Judicial: Codificação de Boas Práticas

Tipologia Tipo D: Workshops, ateliers

Objetivos Habilitar os formandos com as ferramentas adequadas para a condução de uma diligência de conciliação, coligindo e sistematizando boas práticas.

Destinatários Juízes, Magistrados do Ministério Público e Auditores de Justiça

Data e local 13 dezembro 2013 – Lisboa

10.4 Outras ações de formação contínua para magistrados até 5 anos de antiguidade

Tema A Cooperação Judiciária em Matéria Penal na Prática Judiciária

Tipologia Tipo A: Colóquio

Objetivos Aprofundar o conhecimento e compreensão do quadro jurídico pertinente à cooperação judiciária em matéria penal; operacionalizar a cooperação judiciária em matéria penal através do domínio e recurso aos instrumentos online; compreender as dinâmicas das instituições nacionais e internacionais vocacionadas para a cooperação judiciária em matéria penal.

Destinatários Juízes, Magistrados do Ministério Público até 5 anos de antiguidade e Auditores de Justiça

Data e local 10 janeiro 2014 – Lisboa

Tema Custas Processuais	
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Reflexão teórico-prática sobre o sistema das custas processuais; uma abordagem sistemática da multiplicidade de questões suscitadas pela aplicação do Regulamento das Custas Processuais e das normas processuais sobre custas em sede de jurisdições penal, civil e de família e crianças; e a identificação de novas questões e dificuldades práticas resultantes da aplicação do Regulamento das Custas Processuais e da sua conjugação com a legislação processual.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público até 5 anos de antiguidade e Auditores de Justiça
Data e local	7 fevereiro 2014 – Lisboa

Tema A Investigação da Criminalidade Económico-Financeira, e em especial da Fraude e da Corrupção	
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Aprofundamento de conteúdos de direito penal e processual penal aplicado às particularidades da criminalidade económico-financeira; a análise das singularidades da investigação da criminalidade económico-financeira; a reflexão sobre as especificidades da valoração da prova; o estudo das principais tipologias criminais e análise dos meios especiais de obtenção da prova na criminalidade económica e financeira, em especial a fraude e a corrupção de dimensão interna e internacional
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público até 5 anos de antiguidade e Auditores de Justiça
Data e local	20 junho 2014 – Lisboa

10.5 Outras Ações de Formação

Tema Processo de Insolvência e Ações Conexas: vertentes Cível, Penal, Trabalho e Empresa	
Tipologia	Tipo B: Seminário
Objetivos	Perceção dos novos desafios, no atual contexto de crise, relativos à tramitação dos processos de insolvência de empresas e de pessoas singulares. Estudo do processo de revitalização e da sua conjugação com o processo de insolvência. Enquadramento do Ministério Público no âmbito do processo de insolvência: entidades que representa; a questão particular dos trabalhadores e articulação com as ações do foro laboral. Análise do incidente de qualificação de insolvência e do crime de insolvência dolosa, enquadrando-os no regime dos deveres dos administradores. Será igualmente feita uma abordagem do aspeto penal da insolvência.
Destinatários	Juízes e Magistrados do Ministério Público; Juízes e Magistrados do Ministério Público até 5 anos de antiguidade; Auditores de Justiça; outros profissionais da área forense
Data e local	16 e 17 janeiro 2014 – Lisboa

Tema	Acidentes de Trabalho – Abordagem Penal e Multidisciplinar Crimes com Incidência Laboral
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	As diversas dimensões de intervenção em contexto de acidentes de trabalho: modelos de interação.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	14 fevereiro 2014 – Lisboa

Tema	A Lei de Saúde Mental
Tipologia	Tipo A: Colóquio
Objetivos	Atualização e desenvolvimento dos conhecimentos e das competências no âmbito da saúde mental; aprofundamento dos conhecimentos dos aspetos substantivos e processuais das diversas vertentes da saúde mental e do internamento compulsivo; estudo dos aspetos da saúde mental na jurisdição civil.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Auditores de Justiça e outros profissionais da área forense
Data e local	28 fevereiro 2014 – Lisboa

Tema	História Judiciária ¹
Tipologia	Tipo B: Seminário
Objetivos	Estudo da história judiciária portuguesa. Estão previstos os seguintes módulos: <ol style="list-style-type: none"> 1) a Justiça no tempo de Bocage (Bocage e o Limoeiro) (a Inconfidência Mineira); 2) a Justiça liberal; em especial, a história do Supremo Tribunal de Justiça; 3) a Justiça na Primeira República; 4) a Justiça no Estado Novo; em especial, a justiça política; 5) a Justiça na democracia constitucional.
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais forenses.
Data e local	20 e 27 junho 2014 – Lisboa

Tema	Jornadas de Processo Civil
Tipologia	Tipo B: Seminário
Objetivos	Abordagem do impacto da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais forenses.
Data e local	23 e 24 janeiro de 2014 – Lisboa

¹ O Seminário poderá ser completado com outras conferências a realizar em datas a indicar.

Tema Inglês Jurídico	
Tipologia	Tipo B - Curso Breve de Inglês Jurídico - (Curso presencial de 8 sessões)
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense
Data e local	janeiro a julho 2014 – Lisboa
Tipologia	Tipo B - Curso Avançado de Inglês Jurídico (curso presencial, uma sessão por semana, durante 3 meses)
Destinatários	Juízes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense que fizeram anteriormente o Curso Breve
Data e local	outubro 2013 a julho 2014 – Lisboa

Curso Breve - Objetivos:

Possibilitar aos interessados o aperfeiçoamento das suas competências no domínio da língua inglesa e o desenvolvimento das suas capacidades de expressão escrita e oral, apetrechando-os com o vocabulário técnico-jurídico comumente utilizado em áreas jurisdicionais, em especial nas áreas civil, penal e laboral, através da leitura de textos jurídicos, de debates e de exercícios orais e escritos a partir, nomeadamente, da simulação de atos.

Local e Calendário: Lisboa, de janeiro a julho de 2014 (horário pós-laboral, das 18h30 às 20h00).

Metodologia: dependendo do total de inscritos, serão compostos grupos de 15 participantes, sendo que cada grupo participará em oito unidades letivas, que decorrerão em dois dias por semana – segundas e terças-feiras –, na sede do CEJ, no Largo do Limoeiro, em Lisboa.

Os inscritos realizarão um teste prévio de aferição de conhecimentos, sendo os cursos a realizar divididos em três (3) níveis: nível I - conhecimentos elementares; nível II - conhecimentos médios; nível III - bons conhecimentos.

Curso Avançado - Objetivos:

Com base nos conhecimentos adquiridos no Curso Breve de Inglês Jurídico o CEJ irá organizar um curso de conversação sobre temas jurídicos que visa:

- consolidar e desenvolver o vocabulário técnico-jurídico necessário à comunicação e à compreensão;
- melhorar as capacidades de expressão/exposição oral;
- alargar conhecimentos em áreas temáticas diretamente relacionadas com o Direito que permitam compreender e debater os sistemas jurídicos de Portugal e Inglaterra ou Estados Unidos.

Duração: uma sessão por semana durante três meses

Metodologia:

Como se pretende utilizar o tempo da sessão exclusivamente para conversação e debate, será utilizado a plataforma *Moodle* do CEJ, onde os magistrados e outros formandos terão acesso aos materiais (textos, links para material audiovisual, documentos, glossários e outros) que serão utilizados. Assim, antes de cada sessão poderão ter conhecimento prévio do vocabulário e de quaisquer outros exercícios ou trabalhos de investigação existentes.

Requisitos:

O curso de Conversação de Inglês Jurídico deverá ser apenas para aqueles que completaram o nível II e III do Curso Breve de Inglês Jurídico. Para este serão mantidos os níveis inicialmente apurados.

XI Cursos à distância

Tema **Violência Doméstica**

Tema **Processo Civil**

Tema **Curso de B-learning de Inglês Jurídico**

XII Trabalhos concluídos ao longo do ano 2012-2013

1. Concluíram-se ao longo do ano de 2012-2013 várias publicações, de entre as quais livros digitais, dossiers de formação e outros materiais de apoio à formação:

- **11 ebooks** referentes às várias jurisdições, designadamente:
 - Insolvência e consequências da sua declaração;
 - Gestão processual;
 - Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: casos nacionais;
 - O Bullying e as novas formas de violência entre os jovens - indisciplina e delitos em ambiente escolar;
 - Stalking: abordagem penal e multidisciplinar;
 - Temas de Direito Fiscal Penal;
 - Imigração ilegal e tráfico de seres humanos (2012);
 - Temas de Direito Administrativo;
 - Curso Complementar de Direito da Saúde: responsabilidade civil, penal e profissional.
 - Jurisdição da Família e das Crianças. Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial – Ações de formação – 2011-2012. Textos dispersos;
 - Jurisdição Penal e Processual Penal. Jurisdição do Trabalho e da Empresa. Ações de formação – 2011-2012. Textos dispersos;
 - **2 guias práticos**, nomeadamente:
 - Guia Prático do Divórcio e das Responsabilidades Parentais;
 - Guia do Reenvio Prejudicial.
2. Foi igualmente elaborado 1 *ebook* relativo à **Coleção “Conferências”**, relativo à:
 - Evocação do Holocausto.

XIII Principais guias, cursos e manuais cuja concretização se prevê para 2013-2014

Em breve estarão concluídos os seguintes materiais de formação para magistrados judiciais e do Ministério Público e outros profissionais do direito:

- Guia do novo processo civil (com a colaboração dos membros da Comissão de Reforma do Processo Civil)
- Guia do novo regime de inventário (com a colaboração da Ordem dos Notários)
- Guia das custas judiciais (com a colaboração da DGAJ)
- Propriedade Intelectual (com a colaboração do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Secretaria de Estado da Cultura, Organização Europeia de Patentes e Instituto Europeu das Marcas)
- Direito da concorrência (com a Autoridade da Concorrência)

Procura-se definir uma nova metodologia de formação jurídica e judiciária, eminentemente prática, mas sempre assente em parcerias para o saber e o saber fazer, no conhecimento rigoroso da realidade empírica e na avaliação científica e técnica dos materiais produzidos.

Em especial e quanto a novos diplomas legislativos, propõe-se um modelo formativo comum a outros profissionais do direito.

Principais guias, cursos e manuais cuja concretização se prevê para 2013-2014

- Recuperação dos produtos do crime: Manual de formação e manual de procedimentos
- Violência doméstica: Manual de formação para magistrados (com a CIG)
- Tráfico de seres humanos: Manual de formação para magistrados (com a CIG)
- Cibercriminalidade: Manual de formação e Manual de procedimentos
- Guia do processo penal
- Guia dos concursos, cúmulo e descontos
- Guia dos procedimentos relativos a cartas rogatórias (com PGR)
- Manual de Boas Práticas no Relacionamento do Judiciário com as Situações de Deficiência (com INR)

Novos livros digitais e outras publicações

Ao longo das próximas semanas serão concluídos livros digitais e outros materiais correspondentes ao Plano de Formação 2012-2013.

Interessa sublinhar a originalidade de alguns destes elementos, que vão marcar a formação jurídica e judiciária avançada, especialmente:

- Arrendamento
- Insolvência
- Direito do Medicamento
- Inventário
- Contencioso das cláusulas contratuais gerais
- Danos morais
- Direito Europeu (avanzado)

Ainda como exemplos destes materiais formativos:

- Comunicar a justiça. Guia de boas práticas dos tribunais na relação com a comunicação social (com a ERC)
- Confiança na Justiça (com o ICS e European Social Survey)

Tipologia das publicações on-line

- Guias práticos
- Manuais
- Cursos
- Bases de dados
- Vídeo-gravação das ações de formação contínua e respetivo dossier de formação
- Livros digitais (E-books)
- Fórum CEJ

XIV Parcerias com outras entidades. Principais indicações

O Centro de Estudos Judiciários celebrou ou desenvolveu diversas parcerias com entidades externas, quer para a programação de atividades de formação contínua quer para a preparação da formação inicial. Correspondem à preocupação de abrir a formação judicial à sociedade e de incentivar o diálogo entre as profissões, peças importantes na estratégia de legitimação do poder judicial e de dar confiança dos cidadãos nos tribunais.

Sublinhamos algumas: Ordem dos Engenheiros; Ordem dos Advogados; Conselhos Distritais; Comissão para a Igualdade de Género; Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; Conselho Nacional de Educação; Entidade Reguladora da Comunicação Social; Escola Superior de Teatro (IPL); Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (Elab); Autoridade Tributária; Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários; Autoridade da Concorrência; Instituto Nacional para a Reabilitação; Universidade Aberta; Ordem dos Notários; Instituto Nacional de Administração; Google.

Estas parcerias são fundamentais para concretizar o objetivo estratégico de abertura ao exterior e de enraizamento na comunidade jurídica.

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS